

A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook

Public discussion and online social networks: The news commentary on Facebook

Samuel Barros¹
Rodrigo Carreiro¹

RESUMO

O presente artigo faz uma análise das arenas de discussão estabelecidas em páginas de jornais brasileiros no Facebook. A abordagem proposta reconhece a circulação de material político no Facebook como importante na esfera pública contemporânea para a discussão sobre temas de relevância pública. A amostra é composta por 1.164 comentários coletados nas páginas oficiais da Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. O objetivo é avaliar a qualidade deliberativa dessas arenas, levando em consideração os critérios reciprocidade, provimento de razões, grau da justificativa e respeito, além de discutir elementos estruturais do Facebook, a apropriação social e a discussão pública. No geral, as esferas de conversação da rede criadas em torno das notícias estudadas funcionam como ampliadores da diversidade dos argumentos, demonstrando que, em temas sobre os quais há forte consenso, há uma tendência de ocorrer menores índices de deliberação, além de não haver reciprocidade em quase metade dos comentários e mais de 50% das mensagens não apresentarem qualquer justificativa.

Palavras-chave: deliberação online, comentários de notícias, Facebook.

ABSTRACT

This paper analyzes the arenas of discussion on Facebook pages of Brazilian newspapers. This approach recognizes the political commentary at Facebook as relevant in the contemporary public sphere for the discussion about issues of public importance. The sample consists of 1,164 comments published on the pages of Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo and O Globo. The aim is to evaluate the quality of these arenas through the deliberative criteria of reciprocity, reason-giving, level of justification and respect, and to discuss structural elements of Facebook, the social appropriation and the public debate. In general, the networks of political conversations that surround the news work like amplifiers of diversity of arguments, demonstrating that in issues on which there is strong consensus there is a tendency for lower deliberation rates, and there is no reciprocity in almost half of the comments and more than 50% of posts have no justification.

Keywords: online deliberation, news commentary, Facebook.

¹ Universidade Federal da Bahia. Av. Barão de Jeremoabo, s/n, Ondina, 40170-115, Salvador, BA, Brasil. E-mail: samuel.barros77@gmail.com, rodrigocarreiro@gmail.com

Introdução

Os estudos sobre esfera pública ocupam lugar destacado no campo da comunicação e política ao longo das últimas duas décadas. Em parte, por intensos diálogos com algumas tradições teóricas, e, em parte, porque as bases tecnológicas e sociais da esfera pública estão em acelerada mudança. Em especial, as tecnologias digitais de comunicação, mais interativas, instantâneas e pervasivas, oferecem um cenário mais aberto para a circulação de conteúdos e para a ocorrência de discussões sobre as questões públicas. Nomeadamente, as plataformas sociais são compreendidas como rica fonte de recursos que podem ser empregados para a comunicação política. As ações de publicação e de compartilhamento nessas plataformas baseadas em redes sociais revelam um alargamento nas relações de contato, de partilha ou de interação entre os usuários para além das relações sociais de parentesco, de trabalho ou de amizade.

Nas mais distintas plataformas, identifica-se a constituição de arenas orientadas para a discussão pública de toda sorte de conteúdo, inclusive questões e problemáticas dos mais distintos níveis e complexidade que dizem respeito ao mundo da política. Através de procedimentos condicionados pelos recursos tecnológicos e pela cultura de uso de cada uma das plataformas, tais como compartilhamento de informação, marcação de posicionamento político, organização de ações coletivas e discussões, a esfera pública contemporânea ganha corpo.

Ao mesmo tempo, ao que tudo indica, o chamado jornalismo industrial continua a ter destacada importância, ao alçar boa parte dos conteúdos que povoam a esfera de visibilidade pública (Gomes, 2008). Com isso, cabe investigar, a partir de uma preocupação com valores e demandas da democracia, como se configuram as redes de discussão online a partir de conteúdos do jornalismo, histórico sistema de produção de conteúdos que servem como base da esfera pública.

Especificamente, procede-se a uma análise das potencialidades do Facebook enquanto plataforma para a discussão de questões sociais e políticas tematizadas pelo jornalismo. Nesse percurso, dialoga-se com a literatura de deliberação online e com sites de redes sociais (SRS), discutindo como as características da plataforma em estreita relação com a apropriação social da mesma influenciam o processo de discussão pública.

Deliberação pública e sites de redes sociais: a especificidade do Facebook

Uma vez que os estudos têm apontado para uma grande diversidade de práticas, apropriações e funções comunicacionais, torna-se imperativo avaliar as dinâmicas e os usos efetivos dos diferentes ambientes e plataformas online. Usabilidade, inteligência coletiva, maleabilidade de dados, pluralidade de vozes e rápido compartilhamento de informações são alguns dos aspectos apontados por Chadwick (2012) como chaves para a construção de relações interpessoais que têm o poder de transformar os SRS (cf. o conceito de Boyd e Ellison, 2007) em oportunidade de expressão política.

No caso da deliberação pública em ambientes online, devemos levar em consideração que cada site de rede social tem um potencial específico para a deliberação pública, uma vez que se considere a influência do desenho da arena (Bendor *et al.*, 2012; Kies, 2010; Sæbø *et al.*, 2010). Com isso, o estudo preocupado em analisar a qualidade deliberativa nesses ambientes deve relacionar as características das mensagens produzidas com as especificidades estruturais de cada site.

Essas especificidades estão contidas na elaboração inicial do projeto de cada iniciativa, mas estão sujeitas às apropriações dos usuários e de demandas surgidas internamente (algumas de viés comercial, inclusive). Enfim, o argumento é o de que a arquitetura do ambiente permite modos particulares de interação, mesmo que não determine o uso. Como explicam Sæbø *et al.* (2010), o sistema técnico é intrinsecamente relacionado ao processo social. Isso significa dizer que questões técnicas, como design, programação, interface e usabilidade, além de questões sociais, como desigualdades, distribuição de poder e condições organizacionais, dialogam entre si.

Dentre os principais SRS usados no Brasil, o Facebook ocupa a primeira colocação – sendo, ainda, o site mais visitado pelos usuários brasileiros em todas as classes sociais e faixas de escolaridade segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014². O site vem apresentando uma taxa crescente de adoção e de tempo de uso: são 44 milhões de usuários e um crescimento de 22% de 2012 para 2013. Inicialmente formatado para conectar alunos

² Para mais, ver Slideshare (2014).

universitários, o site obteve rápido crescimento entre os americanos e logo passou a ser utilizado por cidadãos ao redor do mundo. A lógica de funcionamento inicial já previa a formação de *timeline* única para cada perfil, a partir da rede de contatos de cada usuário. Funcionalidades que hoje são comuns – como publicação de vídeo incorporado, formação de grupos, ferramenta de curtir em comentários, mensagens com fotos, dentre outros – foram sendo incorporadas ao longo dos anos, impulsionadas por novas estratégias e novas demandas de uso.

Por apresentar *feeds*, o Facebook oferece formas “invasivas” de apresentação do conteúdo produzido pelos usuários, isto é, os *posts* aparecem na *timeline* dos usuários a partir de algoritmo exclusivo da ferramenta. Apesar da possibilidade de bloqueios e permissões, as atualizações dos amigos são apresentadas de modo inadvertido, o que pode trazer ganhos de pluralidade (Zhang *et al.*, 2010; Conroy *et al.*, 2012). O usuário tem um poder limitado de escolha do que chega à sua *timeline*, uma vez que o algoritmo do site determina a exposição de conteúdo baseado em parâmetros pouco conhecidos em detalhes, mas que, sabe-se, leva em conta o histórico da relação entre as pessoas e o potencial de interação de cada conteúdo.

Em termos de deliberação pública, interessam-nos as possibilidades de discussão e de conversação que a ferramenta oferece: nos perfis, em grupos ou em páginas³. Os grupos do Facebook perseguem um padrão semelhante aos conhecidos fóruns de discussão, que são largamente utilizados por cidadãos desde os primórdios da exploração comercial da internet. Primeiramente, é preciso estar afiliado ao grupo (podendo ser fechado e necessitar de uma aprovação por parte de moderadores), é possível criar tópicos ou engajar-se em outros já criados. Há, ainda, a possibilidade de publicar fotos, marcar eventos e compartilhar arquivos de interesse. A modalidade de discussão não difere tecnicamente do espaço de comentários que o usuário já está acostumado a ver na própria *timeline*. Contudo, os grupos permitem que os cidadãos debatam sobre temas de interesse comum, dividam experiências e disseminem informação sobre os tópicos de relevância para a comunidade.

Diferentemente do perfil do usuário, em que ele se conecta aos amigos, colegas ou conhecidos, nos grupos, as ligações giram em torno do assunto. É uma forma de se engajar em debates com pessoas desconhecidas e de entrar em contato com posições distintas à sua, mesmo

considerando a similaridade de interesse. Por esse caminho, Kushin e Kitchner (2009) investigaram grupos que abordavam a questão da tortura por parte de militares americanos e identificaram discussão de teor deliberativo, embora com ocorrência considerável de incivildade e apenas 17% de publicações com posições contrárias às adotadas preferencialmente nos grupos. Em um contexto brasileiro, ao analisar as discussões empreendidas em um grupo de oposição à divisão do Pará, Mendonça e Cal (2012, p. 123-124) diagnosticaram “o uso de críticas, ofensas e ironias no sentido de manter o grupo homogêneo, o que pode cercear a expressão de argumentos distintos”. Nesse caso, os participantes reproduziram discursos *like-minded*, a fim de manter o grupo mais homogêneo, criar resistência e manter distante opiniões contrárias.

Já as discussões em perfis ou páginas (*fanpages*) guardam semelhanças entre si, porém, há duas diferenças básicas na concepção de cada modalidade. Primeiro, um perfil está limitado em 5 mil amigos, enquanto uma página não possui esse impedimento; segundo, o Facebook oferece às páginas ferramentas para a divulgação de publicações e análise da repercussão e das interações ocorridas. Como dito anteriormente, as páginas respondem a uma lógica muito parecida com os grupos, porém, em tese, as páginas tendem a oferecer um escopo temático mais genérico, enquanto os grupos são mais centrados em questões específicas. As páginas têm suas publicações “invadindo” a *timeline* dos fãs, enquanto os grupos precisam ser acessados. Isso também amplia o alcance das publicações das páginas, ao passo que os grupos são restritos a quem decide participar.

Em um estudo sobre o uso do Facebook por políticos suecos, Gustafsson (2012) revela que estes veem suas páginas na plataforma como um meio de diminuir as barreiras para a participação de cidadãos interessados, ao criar uma maneira menos custosa de envolvimento em questões políticas. Já Penteado e Avanzi (2013) direcionam a atenção para o debate em torno do Novo Código Florestal, realizado na página da ex-ministra Marina Silva. Os autores verificaram que houve baixo provimento de razões, falta de reciprocidade e criação de grupos de interesse, mas a página foi eficiente para difundir informação a respeito do Código e para aproximar Marina Silva dos cidadãos interessados no tema.

Embora os exemplos citados apresentem subsídios importantes para a compreensão da discussão pública no

³ O argumento aqui proposto está preocupado com o uso padrão, e, embora as exceções existam, não ignoramos o fato de que perfis são usados como se fossem páginas ou páginas são usadas como se fossem grupos.

Facebook, nenhum deles considera a discussão em páginas de jornais e algumas características que essa modalidade pode apresentar. Primeiro, um comentário postado em uma dessas páginas pode ser direcionado para a *timeline* dos amigos, tornando o conteúdo mais acessível para as redes dos indivíduos. Mas o que diferencia isso de um comentário qualquer em um perfil (que também aparece involuntariamente na *timeline* alheia) é o fato de que o post original é uma notícia com potencial interesse público. Assim, o comentário realizado espalha a notícia e conecta interesses da rede de amigos com um tema público.

Metodologia

Amostra

Entre os jornais, foram escolhidos aqueles de referência (*quality papers*) com maior circulação em papel⁴. Assim, partir de uma listagem da Associação Nacional de Jornais (ANJ, 2011), foram escolhidos a *Folha de S. Paulo*, com circulação média de 286.398 exemplares; *O Estado de S. Paulo*, com circulação média de 263.046 exemplares; e *O Globo*, com circulação média de 256.259 exemplares.

Na sequência, foram escolhidas as matérias e os respectivos temas. Foram observados três critérios: a existência, para efeito de comparação, de matérias do mesmo tema nos três jornais; matérias com questões de interesse público; e a pluralidade entre os temas, para viabilizar a comparação entre os respectivos indicadores de deliberação.

Por fim, cinco temas se mostraram viáveis (regulamentação da Lei de Cotas, homofobia, Copa do Mundo de Futebol, aplicação da Lei da Ficha Limpa e o julgamento do Mensalão) e, então, foi selecionada uma matéria de cada tema em cada um dos jornais. Assim, ao todo, foram selecionadas 15 matérias, três de cada tema. As matérias foram publicadas entre 25 de maio de 2011 e 18 de outubro de 2012.

Contudo, algumas matérias tinham um número muito grande de comentários (com máximo de 1.332 na matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* sobre o julgamento

do Mensalão), de modo que traria pouco ganho para o conhecimento do fenômeno a análise da totalidade. Assim, foram analisados até 100 comentários de cada notícia. Nos casos em que o número total de comentários era menor do que 100, foram analisados todos os comentários publicados.

Desse modo, chegamos aos 1.164 comentários analisados. Destes, 274 foram do tema Lei de Cotas, 194 relacionados a manifestações pró e contra direitos de homossexuais, 186 a respeito dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, 210 sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa e 300 sobre o julgamento do Mensalão. Levando em conta os jornais, foram coletados 474 comentários na página da *Folha de S. Paulo* no Facebook, 330 na página de *O Estado de S. Paulo* e 360 comentários na página do diário carioca *O Globo*.

A análise e as variáveis

Após a coleta dos comentários, foi construído um banco de dados com o emprego do *software* IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Como unidade de análise, foi tomado o comentário na sua integridade, inclusive *emojicons* e outros grafismos que eventualmente foram postados⁵. O trabalho de análise consistiu na leitura de cada um dos comentários e na posterior categorização. Em caso de dúvida, voltava-se novamente ao comentário para uma segunda leitura ou à definição das variáveis até que as fronteiras entre as categorias ficassem bem definidas.

As variáveis podem ser reunidas em três grupos: (a) do contexto, (b) do perfil dos autores dos comentários, e (c) as que avaliam a qualidade da deliberação. Os dois primeiros grupos de variáveis são consideradas dependentes, e o terceiro grupo, independente, isto é, os dois primeiros grupos serão usados para explicar as variações na deliberatividade. No primeiro grupo, há duas variáveis, o jornal e o tema. Cada comentário foi identificado quanto ao jornal de origem e quanto ao tema que dizia respeito.

No segundo grupo, avaliamos duas variáveis que caracterizam os autores dos comentários: o sexo (masculino, feminino ou não identificado) e a posição em relação

⁴ Apesar de este critério ser questionável, uma vez que estamos analisando a repercussão das notícias na web, trata-se de um critério objetivo e com valores comparáveis. Ademais, assumimos a lógica básica de que a tiragem indica a importância social dessas publicações.

⁵ À época da coleta, o Facebook ainda não admitia imagens nas caixas de comentários.

aos temas em discussão (a favor, contra ou não se posiciona). Aqui, uma explicação se faz necessária: a variável sexo foi respondida a partir do nome. Em casos ambíguos ou quando o indivíduo não se identificava, ele foi classificado como não identificado. Reconhecemos que o nome não pode ser tomado como indicativo da identidade de gênero das pessoas. Contudo, em um contexto de pesquisa em que as pessoas não podem ser consultadas diretamente através de *surveys* ou entrevistas, esse dado serve como indicativo da pluralidade das pessoas que participam dessa arena.

O terceiro grupo reúne as variáveis que avaliam a qualidade da deliberação, a saber, reciprocidade, provimento de razões, grau da justificativa e respeito. Esses critérios são derivados da base teórica de deliberação pública e foram construídos considerando-se resultados de estudos empíricos anteriores sobre a deliberação em ambientes online.

Por “reciprocidade”, em termos objetivos, entende-se o ato de considerar o outro como participante da interação dialógica, o que se traduz no ambiente online como a prática de ler, considerar o ponto de vista do outro ou responder diretamente ao outro (Graham e Witschge, 2003; Jensen, 2003; Kies, 2010; Wales *et al.*, 2010). Neste estudo, a reciprocidade foi operacionalizada com quatro níveis: “fora do tema” – *off-topic*; “não considera o outro, mas trata do tema”, isto é, marca uma posição sobre o tema sem demonstrar que leu e considerou a opinião dos demais; “considera o outro indiretamente”, aquelas mensagens que marcam uma posição em função do que foi dito por outro, amplia, endossa ou critica um argumento já apresentado sem uma referência direta; e “considera o outro diretamente”, ou seja, demonstração clara de engajamento discursivo com o outro através de citação do nome ou partes de comentários anteriores.

Por “provimento de razões”, entende-se a sustentação das opiniões e posições em elementos da ordem da realidade. Essa sustentação demanda a construção do argumento em base racional, lógica e, por vezes, moral (Kies, 2010; Jensen, 2003; Dahlberg, 2004; Graham e Witschge, 2003; Stromer-Galley, 2007). De acordo com Steiner (2012), esse elemento da deliberação tem duas dimensões: forma e conteúdo. O conteúdo diz respeito a quais tipos

de justificativas são empregados, enquanto a forma diz respeito à complexidade do argumento. Neste trabalho, por provimento de razões tratamos o conteúdo; a forma será avaliada pelo próximo critério. Assim, um comentário pode ser “sem justificativas”, ou apresentar uma justificativa de tipo interno ou externo. As “justificativas internas” se materializam através de relato de testemunhos, relato de experiências de pessoas próximas, leitura particular de uma determinada realidade. Enquanto por “justificativa externa”, entende-se a sustentação das opiniões e posições em conhecimentos que não dependem da experiência pessoal. Esses conhecimentos são aqueles oriundos de uma fonte com credibilidade social ou que sejam de amplo domínio⁶. Como exemplo de justificativas externas, temos o comentário de E. B., no dia 25 de maio de 2011, na página d'O Estadão no Facebook: *“É hipocrisia pura, o mal desse país, numa semana Parada do Orgulho Gay, na outra homossexuais espancados, pior na Avenida Paulista o cartão postal da cidade. Discutir em casa? se tivesse isso não haveria tantas ‘meninas’ menor de idade grávidas” (sic.)*.

Por sua vez, “o grau da justificativa” diz respeito à complexidade lógica das razões apresentadas. Esse critério é tratado por este estudo como importante para qualificar o provimento de razões, para avaliar a coerência lógica. Segundo Steenbergen *et al.* (2003), as justificativas devem fazer a conexão entre premissas e conclusões. Mesmo que nem sempre apareçam conexões lógicas, como “porque”, “portanto”, “com isso”, seria possível avaliar o encadeamento lógico dos argumentos, a coerência lógica entre as premissas e as conclusões. Essa variável foi operacionalizada conforme trabalho anterior de Steenbergen *et al.* (2003), isto é: “sem justificativas”; “justificativa inferior”, quando o argumento não tem ligação lógica com a tese que pretende sustentar; “justificativa qualificada”, quando a justificativa é construída por uma ligação lógica simples, isto é, A porque B; e “justificativa sofisticada”, quando são oferecidas duas justificativas para uma tese ou quando duas teses são sustentadas por uma justificativa. Como exemplo de justificativas formalmente sofisticadas, temos o seguinte comentário, feito por F. B. no dia 11 de outubro de 2012 na página do Facebook do jornal *Folha de S. Paulo*: *“Eu acho que a gente precisa parar de jogar um pouco da responsabilidade para a lei (embora ela tenha muita) e pensar um pouco mais*

⁶ De acordo com Jensen (2003), primeiro a empregar a separação dos tipos de justificativas entre internas e externas, o pressuposto fundado em termos normativos é que a simples ocorrência de justificativas seria melhor que nenhuma justificativa e que os argumentos externos seriam melhores do que os argumentos internos. Porém, com base em Kies (2010), entende-se que as justificativas externas não são necessariamente mais deliberativas ou superiores do que as justificativas internas. A ser julgado em cada contexto, as justificativas de tipo interna, baseadas em experiências pessoais, podem ser tão ou mais produtivas do que as de tipo externo (Mendonça, s.d.).

em quem a gente vota. Não são brechas na lei que permitem a eleição de ninguém! Quem elege o candidato é o eleitor que não aprendeu a votar. A lei precisa mudar, mas a consciência do eleitor precisa muito mais” (sic.).

Por fim, este trabalho entende o “respeito” como uma necessidade para uma deliberação produtiva (Kies, 2010; Dahlberg, 2004; Wilhelm, 2000), mesmo que a falta de respeito nem sempre indique que a deliberação não é benéfica sob algum aspecto (Papacharissi, 2004). No presente trabalho, as mensagens foram classificadas em: respeitadas, quando ocorre demonstração explícita de respeito; rude, quando se perde a polidez mas ainda não se configura crime e é relativamente tolerado em algumas circunstâncias; e incivil, quando não se reconhece o outro como igual, como detentores dos mesmos direitos ou não se reconhece o direito à cidadania do outro (Papacharissi, 2004; Wales *et al.*, 2010).

Resultados

Nos ambientes analisados por este estudo, a diferença no volume de participação entre homens e mulheres é muito expressiva. Considerando-se a amostra (N = 1.164), 65% dos comentários foram feitos por pessoas do

sexo masculino, enquanto 34% foram feitos por pessoas do sexo feminino (1% não foi identificado). Em outras palavras, podemos dizer que dois terços dos participantes são homens e que apenas um terço é mulher.

Em sede normativa, uma discrepância elevada da participação entre homens e mulheres é um indicador de problemas de inclusão. Contudo, em termos de funcionamento geral da esfera pública, problemas de inclusão em algumas arenas podem ser minimizadas pela existência de outros ambientes que tenham maior participação feminina. Não obstante, cabe aqui a crítica da Nancy Fraser (1996), de que as arenas tradicionais da esfera pública refletem diferenças sociais profundas, como as desigualdades de gênero nas atividades públicas, de modo que é necessário considerar os ambientes de oposição e enfrentamento (os contra-públicos).

A segunda variável importante para caracterizar os participantes foi como estes se posicionavam em relação ao tema. Conforme a Tabela 1, há uma expressiva variação da posição em relação a cada um dos temas.

A ser verificado mais adiante, o nosso entendimento é que, em temas sobre os quais há forte consenso (Copa do Mundo de Futebol e julgamento do Mensalão), há uma tendência de ocorrer menores índices de deliberação, uma vez que as pessoas não precisam deliberar quando já concordam entre si. E, pelo contrário, os temas com dissenso acentuado tendem a apresentar melhores

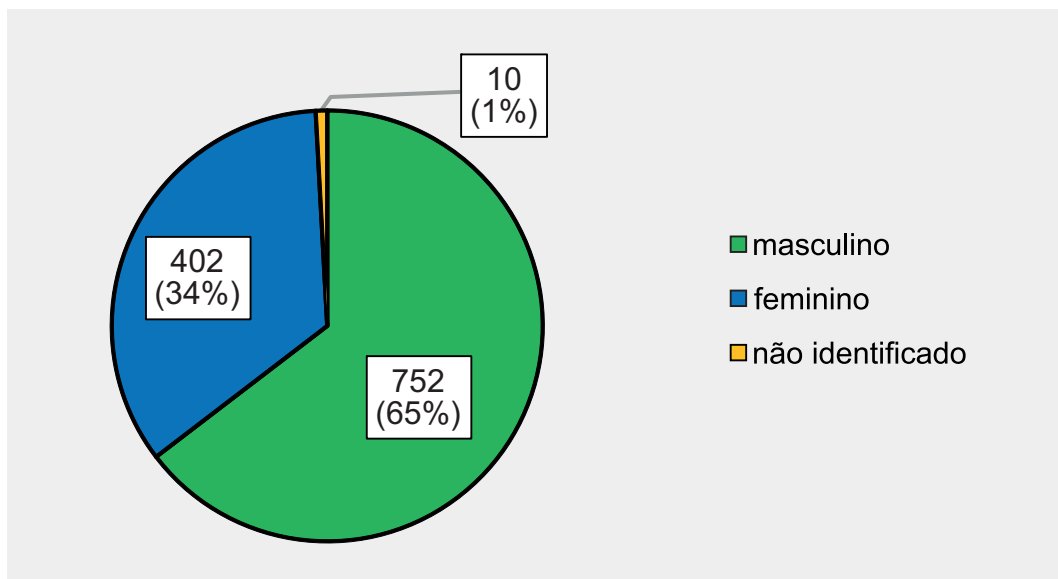


Gráfico 1. Proporção de comentários por sexo (N = 1154).

Graph 1. Proportion of comments by sex (N = 1154).

índices de deliberação (Homossexualidade, Ficha Limpa e, logo depois, Lei de Cotas), porque as pessoas precisam justificar sua própria posição e argumentar na tentativa de convencimento do outro.

Na sequência, apresentamos o cruzamento entre os indicadores da qualidade da deliberação e o tema. É importante destacar que testamos a variação dos índices da deliberação entre os jornais, mas constatamos que a

diferença é mínima, existindo grande uniformidade entre os três jornais que compõem a amostra⁷.

Na Tabela 2, são apresentados o cruzamento entre reciprocidade e os temas. Quase metade dos comentários (49%) não considera os argumentos, opiniões e posições do outro, mas ao menos trata do tema em questão; 38,5% considera o outro indiretamente, isto é, com base nos argumentos anteriores amplia os argumentos, marca posição

Tabela 1. Distribuição da posição (se a favor, contra ou se não se posiciona) entre os cinco temas estudados.

Table 1. Distribution of the participants' opinion (agree, disagree or do not speak about) regarding the five studied topics.

			TEMA					Total
			Lei de Cotas	Homossexualidade	Copa	Ficha Limpa	Mensalão	
Posição em relação ao tema	A favor	Contagem	66	87	5	86	1	245
		% de Tema	24,1%	44,8%	2,7%	41,0%	0,3%	21,0%
	Contra	Contagem	144	35	137	48	221	585
		% de Tema	52,6%	18,0%	73,7%	22,9%	73,7%	50,3%
	Não se posiciona	Contagem	64	72	44	76	78	334
		% de Tema	23,4%	37,1%	23,7%	36,2%	26,0%	28,7%
Total		Contagem	274	194	186	210	300	1.164
		% de Tema	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2. Tabela cruzada da reciprocidade e o tema em números absolutos e percentuais.

Table 2. Crosstable of reciprocity and topic in absolute numbers and percentages.

			TEMA					Total
			Lei de Cotas	Homossexualidade	Copa	Ficha Limpa	Mensalão	
RECIPROCIDADE	Fora do tema	Contagem	24	14	6	24	16	84
		% de Tema	8,8%	7,2%	3,2%	11,4%	5,3%	7,2%
	Não considera o outro, mas trata do tema	Contagem	79	71	67	118	235	570
		% de Tema	28,8%	36,6%	36,0%	56,2%	78,3%	49,0%
	Considera o outro indiretamente	Contagem	132	96	108	64	48	448
		% de Tema	48,2%	49,5%	58,1%	30,5%	16,0%	38,5%
	Considera o outro diretamente	Contagem	39	13	5	4	1	62
		% de Tema	14,2%	6,7%	2,7%	1,9%	0,3%	5,3%
Total		Contagem	274	194	186	210	300	1.164
		% de Tema	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

⁷ Por exemplo, quanto à reciprocidade, entre os comentários que “consideram o outro diretamente”, observamos uma variação entre 7,9% (*Estadão*) e 3,9% (*O Globo*). Na variável provimento de razões, a variação é ainda menor, especificamente entre as “justificativas externas”, linha com maior variação, o máximo é de 13,1% (*Folha*) e o mínimo de 10,3% (*Estadão*). E assim se segue também com a variável grau de justificativa e respeito.

ou endossa um argumento; e 5,3% dos comentários consideram o outro diretamente, isto é, os autores interpelam outras pessoas, condensam um conjunto de opiniões de modo a encontrar pontos de consenso ou uma melhor compreensão dos pontos de dissenso.

Os temas Mensalão e Ficha Limpa apresentaram os piores resultados, com maioria absoluta dos comentários que não demonstram qualquer consideração por comentários anteriores (78,3% e 56,2%, respectivamente), apesar de tratarem do mesmo tema. De certo modo, o resultado ruim do Mensalão já era esperado, por conta do forte consenso, embora se esperasse que também os comentários sobre a Copa fossem nessa direção. Contudo, uma explicação possível é que a discussão sobre o Mensalão já tinha posições estabelecidas, enquanto a Copa, apesar de a maioria ser contra, era um tema recente.

Na Tabela 3, está disposto o cruzamento entre o provimento de razões e os temas. Em geral, esses resultados demonstram que a prática de oferecer qualquer tipo de razão é minoritária no Facebook, isto é, expressivos 57,6% dos comentários não têm justificativas. Percebemos também que, em todos os temas, as justificativas internas são maioria. Contudo, as proporções de justificativas internas e externas mudam sensivelmente em função do tema. Mensalão e Ficha Limpa apresentaram índices baixíssimos de justificativas externas (4% e 3,3%, respectivamente), enquanto Lei de Cotas e Ficha Limpa apresentaram os maiores índices de justificativas de tipo interno (35,2% e 42,7%, respectivamente), o que dá pistas dos termos em que se processa a deliberação nesses dois casos.

A Tabela 4 apresenta o cruzamento entre o grau da justificativa e os temas. No total, há uma maioria

Tabela 3. Tabela cruzada do provimento de razões e o tema em número absolutos e percentuais.

Table 3. Crosstable of giving reasons and topic in absolute numbers and percentages.

			TEMA					Total
			Lei de Cotas	Homossexualidade	Copa	Ficha Limpa	Mensalão	
PROVIMENTO DE RAZÕES	Sem justificativas	Contagem	104	107	103	129	227	670
		% de Tema	38,0%	55,2%	55,4%	61,4%	75,7%	57,6%
	Justificativas internas	Contagem	117	54	46	74	61	352
		% de Tema	42,7%	27,8%	24,7%	35,2%	20,3%	30,2%
	Justificativas externas	Contagem	53	33	37	7	12	142
		% de Tema	19,3%	17,0%	19,9%	3,3%	4,0%	12,2%
Total		Contagem	274	194	186	210	300	1.164
		% de Tema	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 4. Tabela cruzada do grau da justificativa e o tema em números absolutos e percentuais.

Table 4. Crosstable of the level of justification and topic in absolute numbers and percentages.

			Tema					Total
			Lei de Cotas	Homossexualidade	Copa	Ficha Limpa	Mensalão	
GRAU DA JUSTIFICATIVA	Sem justificativas	Contagem	106	108	104	129	227	674
		% de Tema	38,7%	55,7%	55,9%	61,4%	75,7%	57,9%
	Justificativa Inferior	Contagem	90	26	12	27	19	174
		% de Tema	32,8%	13,4%	6,5%	12,9%	6,3%	14,9%
	Justificativa Qualificada	Contagem	71	59	68	50	50	298
		% de Tema	25,9%	30,4%	36,6%	23,8%	16,7%	25,6%
	Justificativa Sofisticada	Contagem	7	1	2	4	4	18
		% de Tema	2,6%	0,5%	1,1%	1,9%	1,3%	1,5%
Total		Contagem	274	194	186	210	300	1.164
		% de Tema	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

absoluta de comentários sem justificativa (57,9%), mas, ao mesmo tempo, mais de um quarto dos comentários apresentam justificativas minimamente qualificadas. Entre os temas, percebemos que há uma grande variação. De um lado, o Mensalão apresenta os piores índices, com mais de três quartos (75,7%) dos comentários sem qualquer justificativa. Destaca-se, ainda, comparativamente, o alto número de justificativas inferiores no tema Lei de Cotas; e a estabilidade das justificativas sofisticadas, bem como a pouca variação das justificativas qualificadas, a não ser que se considere o Mensalão.

A literatura não oferece respostas para as causas da variação dos graus da justificativa, portanto, não temos parâmetros. Não obstante, o nosso estudo demonstra que o tema responde melhor pela ocorrência ou não de justificativas (ver variação dos comentários sem justificativas) do que pela sua complexidade, salvas as exceções do baixo número de justificativas qualificadas a respeito do Mensalão e do alto número de justificativas inferiores para a Lei de Cotas. Levantamos a hipótese de que o grau das justificativas pode ser explicado melhor pelo perfil dos participantes (capacidade discursiva, formação cívica, entre outros elementos) do que pelos temas, bem como o modo de comportamento das pessoas em cada plataforma. Aqui, pode ser especialmente importante o fato de o Facebook estar mais orientado para a sociabilidade do que para o enfreteamento discursivo.

Finalmente, chegamos ao último critério, o respeito. No total, conforme a Tabela 5, ocorreram marcas dessa variável em 612 casos, número que tomamos como referência para o cálculo dos percentuais, uma vez que nosso propósito é a comparação. No total, enquanto 63,9% dos comentários são rudes, apenas 28,1% apresentam afirmativas explícitas de respeito ao interlocutor,

a terceiros, a grupos ou a ideias e opiniões, e 8% foram classificados como incivis, por desrespeitarem direitos básicos de terceiros ou por conterem discursos de ódio ou preconceituosos em relação a raça, gênero, orientação sexual, identidade e/ou classe social.

Destaca-se a ocorrência de um número expressivo de comentários respeitosos nos temas Lei de Cotas e homossexualidade (46,4% e 45,4%, respectivamente); uma prevalência de mensagens rudes em todos os temas, com destaque para o julgamento do Mensalão e a Copa do Mundo de Futebol (80,8% e 79,5%, respectivamente). Na categoria incivil, apesar de o número de casos ser baixo, temos um percentual incômodo para, em ordem, Ficha Lima (13,4%), Mensalão (10,3%) e Homossexualidade (9,2%). Tal distinção entre comentários impolidos e incivis é fundamental na avaliação do caráter democrático de ambientes online (Papacharissi, 2004). Uma conversa sobre política ou temas públicos pode ter uma forte dose de paixão, ser rude e dura, mas jamais incivil.

Discussão: ganhos democráticos do comentário social de notícias

A análise apresentada no presente artigo visou explorar um panorama comunicacional em constante mutação, tanto do ponto de vista da rápida circulação de conteúdo político proveniente de fontes diversas, quanto pela constante mudança na forma como os cidadãos consomem informação e se apropriam do Facebook.

Tabela 5. Tabela cruzada do respeito e o tema em números absolutos e percentuais.

Table 5. Crosstable of respect and topic in absolute numbers and percentages.

			TEMA					Total
			Lei de Cotas	Homossexualidade	Copa	Ficha Limpa	Mensalão	
RESPEITO	Respeitoso	Contagem	71	54	20	13	14	172
		% de Tema	46,4%	45,4%	17,1%	19,4%	9,0%	28,1%
	Rude	Contagem	73	54	93	45	126	391
		% de Tema	47,7%	45,4%	79,5%	67,2%	80,8%	63,9%
	Incivil	Contagem	9	11	4	9	16	49
		% de Tema	5,9%	9,2%	3,4%	13,4%	10,3%	8,0%
Total		Contagem	153	119	117	67	156	612
		% de Tema	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

De forma geral, o compartilhamento de opinião a partir do que se consome de notícias sempre foi possível, mas ganha expressões mais visíveis e dialógicas ao passo que novas arenas online se consolidam, como o Facebook. O entendimento é que, com a internet, teria surgido uma esfera conversacional mais próxima da emissão, no sentido temporal (por exemplo, pode-se comentar uma notícia enquanto ainda é transmitida) e no espacial (por exemplo, podem-se fazer comentários no mesmo ambiente em que o conteúdo é disseminado), o que pode ser observado no caso em análise.

Em termos de esfera pública, o ganho trazido pela discussão online de notícias se dá, especialmente, na possibilidade de expressão de desacordos/pontos de vista alternativos em relação àqueles adotados pelos atores que têm lugar na esfera de visibilidade pública (Dahlberg, 2007; Downey e Fenton, 2003). No presente estudo, 50,3% dos comentários se posiciona contra o tema em questão, seja ele qual for. Assim, podemos afirmar que, grosso modo, as esferas de conversação da rede criadas em torno das notícias estudadas funcionam como ampliadores da diversidade dos argumentos (Newman, 2009; Fidalgo, 2004). No entanto, ao avaliar os resultados separadamente, isolando os temas, identificou-se que três deles apresentam predominância de uma das posições, conforme a Tabela 2. O nosso entendimento é que, em temas sobre os quais há forte consenso (Copa e Mensalão), há uma tendência de ocorrer menores índices de deliberação, uma vez que as pessoas não precisam deliberar quando já concordam entre si. E, pelo contrário, os temas com dissenso acentuado tendem a apresentar melhores índices de deliberação (Homossexualidade, Ficha Limpa e, logo depois, Lei de Cotas), porque as pessoas precisam justificar sua própria posição e argumentar, na tentativa de convencimento do outro.

A análise da reciprocidade resultou em 43,8% de mensagens que, de alguma forma, direta ou indiretamente, consideram a opinião do outro. O processo de conversa, de troca de informações, de diálogo e da tentativa de convencimento aparece em diversos momentos. No entanto, dois fatores ajudam a explicar o índice total de 49% de mensagens que não consideram o outro, mas tratam do tema. Primeiro, não há um conjunto tacitamente estabelecido de regras de discussão, que conduza, dentro de padrões de civilidade e razoabilidade, as conversas realizadas no Facebook. Os usuários que costumam comentar no Facebook fazem-no a partir da sua própria *timeline*, isto é, em um contexto em que os conteúdos disputam a atenção entre si.

Quanto ao provimento de razões, verificou-se um total de 57,9% de mensagens sem qualquer justifi-

cativa. Apresentar justificativas qualificadas ou sofisticadas requer o investimento de mais tempo e atenção, em um contexto de superabundância de conteúdos na *timeline*. No geral, as justificativas internas prevalecem em relação às externas (ver Tabela 4). Uma hipótese para explicar esse aspecto reside no fato de que o ambiente do Facebook é calçado, *a priori*, na formação de redes de laços de amizade, espaço que já é afeito ao compartilhamento de experiências próprias e de amigos. Estes, por sua vez, muitas vezes são marcados na publicação para ficarem cientes do assunto ou serem convidados a participar da discussão.

No que se refere ao grau de justificativa, há um padrão mais ou menos estabelecido entre os temas, mas os comentários sem justificativas no tema Mensalão é um dado que se sobressai: 75,7%. Esse já é um tema vastamente discutido, com extensa cobertura midiática, provavelmente os argumentos já se cristalizaram, a ponto de dispensar justificativas mais complexas.

Quanto ao critério respeito, dois temas se destacaram, por apresentar índices altos de comentários respeitosos: Lei de Cotas, com 46,4%, e Homossexualidade, com 45,4%. Isso pode ter ocorrido porque o Facebook torna visível as opiniões expressas em comentários. Por isso, as pessoas tendem a ter mais cautela ao expressar opiniões, principalmente sobre dois temas que hoje são caros à sociedade brasileira. Em fóruns mais restritos e fechados, a discussão desses mesmos temas pode tomar outra forma, na medida em que as redes que ali se formam têm menor visibilidade e não têm identificação.

Por fim, três comentários sobre os resultados são ainda necessários. Primeiro, o ganho democrático não ocorre na simples existência da conversação cotidiana na internet, mas no modo como se conectam em outras arenas, com a esfera de visibilidade pública, ou influenciam ações do sistema do político. Entendem-se as esferas de conversação como parte de um sistema, e não como um fim em si mesmo (Mendonça e Pereira, 2011). Ademais, não se trata de um espaço à parte, ou mesmo separado da sociedade.

Segundo, essas arenas atendem de diferentes modos aos pressupostos deliberativos. Em alguns momentos, elementos básicos da deliberação não são atendidos satisfatoriamente, mas essas arenas podem continuar importantes, por conta da sociabilidade em torno de temas políticos, como arena para o teste das implicações políticas de determinados argumentos, opiniões e posições, bem como para o desenvolvimento das habilidades argumentativas e retóricas dos cidadãos que participam da discussão.

Terceiro, é necessário distinguir a conversação social da conversação política. Como explica Maia (2008, p. 202), “a conversação social é ocasional e espontânea, ao passo que a ‘conversação política’ visa modificar a preferência e ‘resolver conflitos, decidir políticas públicas ou proteger os interesses de alguém’”. A conversação social ocorreria, geralmente, entre pessoas com afinidade de pensamento, enquanto a conversação política ocorre quando há um problema a ser discutido, e as pessoas podem ter afinidade ou não. Respeitadas as limitações das situações comunicativas, as páginas estudadas parecem oferecer boas condições para as pessoas tomarem conhecimento sobre os problemas que afetam a coletividade, ou mesmo para se engajar na discussão desses.

Em termos de redes sociais, Kadushin (2012) explica que redes de ligação fraca (*weak ties*), como é o caso das pessoas que se relacionam em um espaço de comentários desse tipo, normalmente são entendidas como difusoras de informação para os envolvidos, principalmente informações que, em geral, não circulam na rede do indivíduo. Nesse caso, conforme o diagnóstico de Maia (2008, p. 205), para a conversação cotidiana, esse tipo de ambiente online “é importante para o processamento da informação, no sentido de ampliar o entendimento que os participantes têm sobre determinado assunto”. Em especial, a deliberação nas páginas dos jornais pode reenquadrar os argumentos e os discursos apresentados pelos *mass media*, problematizando as questões de acordo com os interesses da esfera da cidadania ou ao menos de acordo com o interesse dos participantes da deliberação.

Mais do que isso, a arena do Facebook é uma oportunidade de compartilhamento de opinião (Zuñiga et al., 2010) que, ativada por assuntos abordados pelos *mass media*, dá visibilidade àquilo que pensa o cidadão em diálogo com seus amigos, quando o tópico é mostrado na *timeline* deles, ou diretamente, com pessoas que ele não conhece. Os indivíduos, sabendo dos interesses da rede da qual fazem parte, pesquisam, filtram e espalham conteúdos que são de interesse comum. Desse modo, procede uma distribuição orientada de conteúdos, que, na prática, funciona como uma vigilância coletiva dos interesses comuns. Em caso de crises ou violação de direitos, essas redes podem ser empregadas para mobilização e orquestração de discursos e ações. Estas seriam as funções de radar e caixa de ressonância da esfera pública desenhada por Habermas (2003), mas que, na internet, sobretudo nos SRS, teriam ferramentas mais eficientes.

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). 2011. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 03/12/2013.
- BENDOR, R.; LYONS, S.H.; ROBINSON, J. 2012. What's There Not To 'Like'? *eJournal of eDemocracy & Open Government*, 4(1):99-119.
- BOYD, D.M.; ELLISON, N.B. 2007. Social Network Sites: Definition, History and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1):210-230. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- CHADWICK, A. 2012. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. In: S. COLEMAN; P. SHANE (orgs.), *Connecting Democracy: Online Consultation and the Flow of Political Communication*. Cambridge, MIT Press, p. 45-73.
- CONROY, M.; FEEZEL, J.; GUERRERO, M. 2012. Facebook and political engagement: A study of online political group membership and offline political engagement. *Computers in Human Behavior*, 28(5):1535-1546. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2012.03.012>
- DAHLBERG, L. 2004. Net-Public Sphere Research: Beyond the 'First Phase'. *Javnost-The Public*, 11(1):27-44. <http://dx.doi.org/10.1080/13183222.2004.11008845>
- DAHLBERG, L. 2007. Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation. *New Media & Society*, 9(5):827-847. <http://dx.doi.org/10.1177/1461444807081228>
- DOWNEY, J.; FENTON, N. 2003. New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, 5(2):185-202. <http://dx.doi.org/10.1177/1461444803005002003>
- FIDALGO, A. 2004. Sintaxe e Semântica das Notícias Online: Para um Jornalismo Assente em Base de Dados. In: A. LEMOS; J.M. SILVA; A. PRYSTON, *Mídia.br*. Porto Alegre, Editora Sulina, p. 180-192.
- FRASER, N. 1996. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: C. CALHOUN, *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MIT Press, p. 109-141.
- GOMES, W. 2008. Da Discussão à Visibilidade. In: W. GOMES; R.C.M. MAIA, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo, Paulus, p. 117- 162.
- GRAHAM, T.; WITSCHGE, T. 2003. In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions. *Communications*, 28(2):173-204. <http://dx.doi.org/10.1515/comm.2003.012>

- GUSTAFSSON, N. 2012. The subtle nature of Facebook politics: Swedish social network site users and political participation. *New Media & Society*, **14**(7):1-17.
<http://dx.doi.org/10.1177/1461444812439551>
- HABERMAS, J. 2003. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 398 p.
- JENSEN, J.L. 2003. Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored – A Comparison. *Scandinavian Political Studies*, **26**(4):349-374.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9477.2003.00093.x>
- KADUSHIN, C. 2012. *Understanding Social Networks – Theories, Concepts and Findings*. New York, Oxford University Press, 264 p.
- KIES, R. 2010. *Promises and Limits of Web-deliberation*. New York, Palgrave Macmillan, 200 p.
<http://dx.doi.org/10.1057/9780230106376>
- KUSHIN, J.; KITCHENER, K. 2009. Getting political on social network sites: Exploring online political discourse on Facebook. *First Monday*, **14**(11). Disponível em: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/2645/2350>. Acesso em: 13/08/2015.
- MAIA, R. 2008. Democracia e Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições da Deliberação. In: W. GOMES; R. MAIA, *Comunicação e Democracia: Problemas & Perspectivas*. São Paulo, Paulus, p. 277-292.
- MENDONÇA, R.F.; PEREIRA, M.A. 2011. Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o VotenaWeb. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública – WAPOR, IV, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Ricardo.pdf>. Acesso em: 13/08/2015.
- MENDONÇA, R.F. 2013. Assessing some measures of online deliberation. In: Seminário de Pesquisadores do CEADD, I, Salvador, 2013. *Anais...* CEADD, 1:63-87.
- MENDONÇA, R.F.; CAL, D.G. 2012. Quem pode falar no Facebook? O autocontrole em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do Estado do Pará. *Revista Debates*, **6**:109-128.
- NEWMAN, N. 2009. The rise of social media and its impact on mainstream journalism: a study of how newspapers and broadcasters in the UK and US are responding to a wave of participatory social media, and a historic shift in control towards individual consumers. Working Papers. Oxford, Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/The%20rise%20of%20social%20media%20and%20its%20impact%20on%20mainstream%20journalism_0.pdf. Acesso em: 13/08/2015.
- PAPACHARISSI, Z. 2004. Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media and Society*, **6**(2):259-283.
<http://dx.doi.org/10.1177/1461444804041444>
- PENTEADO, C.; AVANZI, C. 2013. Redes sociais e participação política: estudo do debate sobre o novo Código Florestal no Faceook. In: Congresso da Compolítica, V, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT05-Comunicacao-e-sociedade-civil-ClaudioLuisDeCamargoPenteado.pdf>. Acesso em: 13/08/2015.
- SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; MOLKA-DANIELSEN, J. 2010. eParticipation: Designing and managing political discussion forums. *Social science computer review*, **28**(4):403-426.
<http://dx.doi.org/10.1177/0894439309341626>
- SLIDESHARE. 2014. Pesquisa Brasileira de Mídia 2014. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/BlogDoPlanalto/pesquisa-brasileira-de-midia-2014>. Acesso em: 11/08/2015.
- STEENBERGEN, M.R.; BACHTIGER, A.; SPORNDLI, M.; STEINER, J. 2003. Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index. *Comparative European Politics*, **1**:21-48.
<http://dx.doi.org/10.1057/palgrave.ccp.6110002>
- STEINER, J. 2012. *The Foundations of Deliberative Democracy: Empirical Research and Normative Implications*. New York, Cambridge University Press, 288 p.
<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139057486>
- STROMER-GALLEY, J. 2007. Measuring Deliberation's Content: A Coding Scheme. *Journal of Public Deliberation*, **3**(1):1-35.
- WALES, C.; COTTERILL, S.; SMITH, G. 2010. Do Citizens 'deliberate' in on-line discussion forums? Preliminary findings from an Internet experiment. Edimburgo, 42 p. (Paper prepared for the Participatory and Democracy Specialist Group at the Political Studies Association Conference).
- WILHELM, A. 2000. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York, Routledge, 192 p.
- ZHANG, W.; JOHNSON, J.; SELTZER, T.; BICHARD, S.L. 2010. The Revolution Will be Networked: The Influence of Social Networking Sites on Political Attitudes and Behavior. *Social Science Computer Review*, **28**(1):75-92.
<http://dx.doi.org/10.1177/0894439309335162>
- ZUÑIGA, H.; JUNG, N.; VALENZUELA, S. 2012. Social Media Use for News and Individuals' Social Capital, Civic Engagement and Political Participation. *Journal of Computer-Mediated Communication*, **17**(3):319-336.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2012.01574.x>

Submetido: 04/11/2014

Aceito: 20/04/2015